

DESVENDANDO DESAFIOS: SAÚDE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Natália Silva Santos¹;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/4123120548576145>

Sabrina Dias Marques²;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/9121102015807485>

Erick De Azevedo Barbosa³;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/7437951115183074>

Ataydes Dias Magalhães⁴;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/9024824590619632>

Maria Luiza dos Santos Stangherlin Tavares⁵.

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/5001140114184501>

RESUMO: Este artigo discute a importância da saúde da população indígena, destacando desafios como o acesso limitado, barreiras logísticas e a falta de competência cultural por parte dos profissionais de saúde. O objetivo desta revisão é analisar e sintetizar os estudos já realizados sobre o tema, observando sua influência na promoção da saúde nessas comunidades. Propõe-se uma reorganização na assistência, com atuação de uma equipe básica de saúde multiprofissional diretamente nas aldeias e domicílios indígenas, especialmente na região do DSEI-MG ES, com apoio de equipe matricial. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão integrativa, com análise qualitativa e quantitativa, utilizando fontes como Google Scholar, Web of Science e Scielo. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos, de qualquer etnia ou aldeia do Brasil, em língua portuguesa. Destacam-se como principais entraves o acesso restrito e a falta de preparo cultural dos profissionais. Enfatiza-se, ainda, a relevância de políticas públicas inclusivas que garantam o acesso à saúde, respeitando práticas tradicionais indígenas, como a pajelança. São mencionadas também dificuldades na vacinação contra a COVID-19, exigindo superação de barreiras logísticas, políticas, culturais e de desinformação. Conclui-se que políticas de saúde

culturalmente sensíveis e participação democrática são fundamentais para assegurar esse direito.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Indígena. Políticas Públicas. Saúde Coletiva.

UNVEILING CHALLENGES: HEALTH IN COMMUNITIES INDIGENOUS

ABSTRACT: This article discusses the importance of Indigenous population health, highlighting challenges such as limited access, logistical barriers, and a lack of cultural competence among healthcare professionals. The aim of this review is to analyze and synthesize existing studies on the topic and their influence on health promotion in these communities. It proposes a reorganization of healthcare delivery, with a basic multidisciplinary health team working directly in Indigenous villages and households, particularly in the DSEI-MG ES region, supported by a matrix support team. The research was conducted through an integrative review with both qualitative and quantitative analyses, using sources such as Google Scholar, Web of Science, and Scielo (Scientific Electronic Library Online). Studies published in the last ten years, from any ethnicity and/or village in Brazil, and written in Portuguese, were included. Major challenges identified include restricted access and insufficient cultural competence among providers. The importance of inclusive public policies is also emphasized to ensure healthcare access while recognizing and respecting traditional Indigenous healing practices, such as pajelança. COVID-19 vaccination challenges are addressed as well, stressing the need to overcome logistical, political, cultural, and informational barriers. The study concludes that culturally sensitive health policies and the promotion of democratic participation are crucial to ensuring the right to health for all groups.

KEYWORDS: Indigenous Health. Public Policies. Collective Health.

INTRODUÇÃO

A saúde da população indígena é um tema crucial e complexo, que envolve questões de acesso, cultura, e especificidades epidemiológicas. A saúde indígena é uma área que requer constante atenção e esforços para garantir o bem-estar desses povos e o respeito às suas tradições e necessidades específicas. Além da dificuldade de provimento e fixação de médicos para atuar nesse tipo de território, devido a logística de transporte, do abastecimento de medicamentos e coleta de material para exames; os profissionais da saúde geralmente não possuem competência e humildade cultural para lidar adequadamente com essa população, suas crenças e valores.

O que se pretende neste texto é, à luz do conhecimento de modelos tecnoassistenciais e de um diagnóstico preliminar das condições de assistência à saúde aos povos indígenas, apresentar uma proposta de organização da produção do cuidado a esta população, na

área de abrangência do DSEI-MG ES.

A discussão teórica que sustenta a proposta, é feita aqui na medida da necessidade do argumento, isto é, o suficiente para sustentar as diretrizes sugeridas para a organização da assistência à saúde dos índios. Assim a proposta segue com objetividade, expondo os diversos aspectos que devem compor um modelo de assistência, considerando a sua complexidade.

Sugerimos uma estrutura que tem como seu foco uma dada equipe básica de saúde, multiprofissional, que deve atuar na assistência às aldeias e domicílios indígenas, e junto a estas equipes, propomos uma outra, matricial, isto é, que deverá ofertar ações de suporte técnico e assistenciais para diversas equipes que estejam atuando em várias comunidades. Esta deve ser composta necessariamente por antropólogo, assistente social, psicólogo e de acordo com a especificidade de cada local, outros profissionais da área em que a equipe básica, juntamente com a equipe técnica e o coordenador do DSEI.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão integrativa da literatura. Essa metodologia foi adotada por possibilitar a síntese do conhecimento produzido sobre a saúde das populações indígenas no Brasil, além de identificar lacunas, desafios e avanços nas práticas e nas políticas públicas voltadas para esses povos.

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados **Google Scholar**, **Web of Science** e **SciELO**, utilizando os seguintes descritores em língua portuguesa: “**saúde indígena**”, “**políticas públicas**” e “**saúde coletiva**”. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados nos últimos **dez anos**, que abordassem temas relacionados à saúde das comunidades indígenas, em qualquer etnia ou território do Brasil, e que estivessem disponíveis integralmente em português.

Foram considerados elegíveis estudos que tratassem de questões relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, às barreiras socioculturais, às práticas tradicionais de cuidado, aos determinantes sociais da saúde indígena e às políticas públicas destinadas a essa população. Foram excluídos artigos que não abordavam diretamente o tema proposto, textos duplicados, artigos de opinião sem respaldo metodológico e publicações sem acesso ao texto completo.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados **10 artigos** que compuseram o corpus da análise. A triagem dos materiais foi realizada por meio da leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo. A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, pautada na identificação de categorias temáticas recorrentes, como: **barreiras de acesso, desafios logísticos, competência cultural dos profissionais,**

práticas tradicionais de cuidado e impactos das políticas públicas na saúde indígena.

Essa abordagem metodológica permitiu não apenas mapear os principais desafios enfrentados na assistência à saúde indígena, como também refletir sobre as potencialidades e limitações dos modelos tecnoassistenciais vigentes, contribuindo, assim, para a formulação de propostas mais alinhadas às especificidades socioculturais desses povos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre maio e agosto de 2018, foi realizado um mapeamento sistemático da literatura científica sobre saúde dos povos indígenas no Brasil, em periódicos nacionais e internacionais. A escolha por artigos científicos visou compreender a circulação de ideias e evidências que, embora não definam sozinhas a produção científica, são fundamentais na comunicação global do conhecimento. O objetivo foi analisar o comportamento dessa produção em um campo específico do saber.

A revisão discutiu a relação entre a trajetória da democracia brasileira, os desafios enfrentados na saúde indígena e os cuidados prestados historicamente a essas comunidades. A análise da evolução democrática no Brasil revelou limitações em termos de inclusão e participação efetiva dos povos indígenas, destacando a necessidade de repensar a democracia para torná-la mais representativa. Nesse cenário, a Lei Arouca é apontada como marco importante na saúde indígena, apesar dos desafios persistentes como o suicídio e o alcoolismo em comunidades indígenas.

Questões como a incidência de tuberculose e a presença da pajelança foram abordadas, reforçando a escassez de dados e a urgência de pesquisas que sustentem políticas públicas eficazes. A influência das condições socioeconômicas na saúde bucal também foi analisada, revelando barreiras no atendimento e a importância de abordagens culturalmente sensíveis. A análise histórica destacou a transição dos cuidados de saúde desde a atuação de missões religiosas até as políticas públicas atuais, revelando como fatores sociais, ambientais e culturais moldaram a saúde indígena ao longo do tempo.

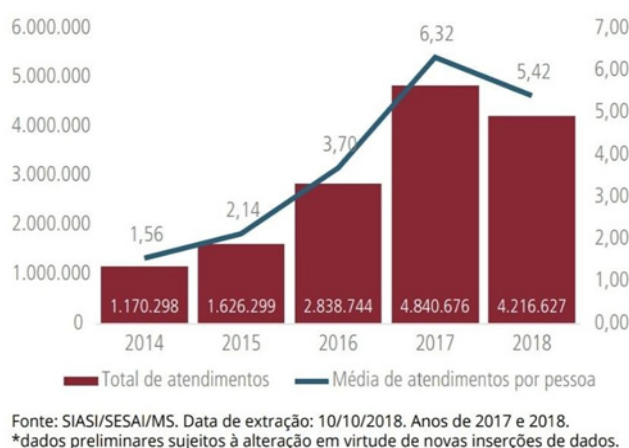
O estudo incluiu ainda uma análise da Terra Indígena de Mangua, no sudoeste do Paraná, onde vivem os povos Kaingang e Guarani. Os Kaingang, mais numerosos, somam 1.280 pessoas na região e, com presença nacional, totalizam cerca de 25 mil indivíduos. Tradicionalmente ligados à agricultura e à coleta, enfrentam hoje limitações territoriais e esgotamento de recursos naturais, comprometendo sua segurança alimentar e nutricional.

As dificuldades no acesso à saúde são significativas, com doenças respiratórias, parasitárias e desnutrição entre as principais causas de internações e mortes. Durante o estudo, todas as crianças Kaingang menores de cinco anos foram incluídas em uma avaliação epidemiológica, embora dificuldades no campo tenham causado perdas na coleta de dados. O cenário reforça a necessidade de políticas públicas focadas na assistência à

saúde e no desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

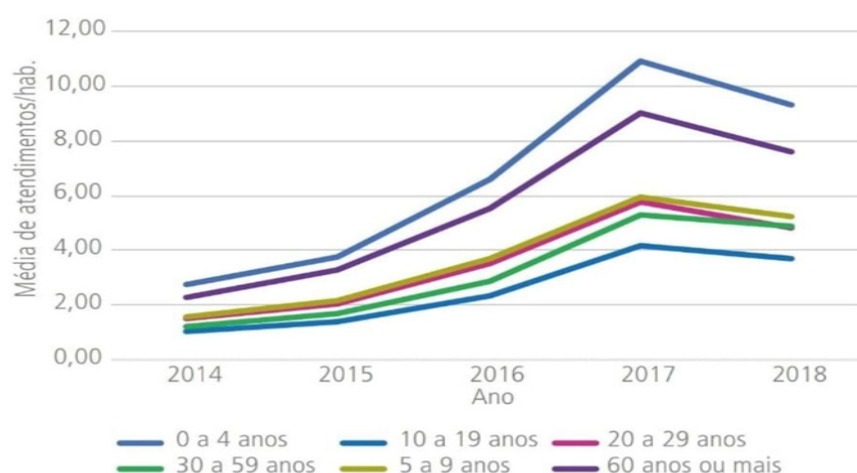
Considerando um total de 14.692.644 atendimentos ao longo de quase cinco anos, observa-se um aumento significativo na média de atendimentos por habitante (**Figura 1**). Essa média passou de 1,56 atendimentos por habitante em 2014 para 6,32 em 2017, representando um aumento de quase quatro vezes. O maior aumento no volume de atendimentos por pessoa ocorreu entre os anos de 2016 e 2017, passando de 2.838.744 para 4.840.676 atendimentos, um aumento de aproximadamente 70%.

Figura 1: Gráfico que apresenta o total e a média de atendimentos por habitante do SasiSUS de 2014 a 2018. Até setembro de 2018, o número de atendimentos registrados no SIASI foi de 4.216.627, e é esperado que os dados observados em 2017 sejam superados, mesmo com as notificações ainda em curso.



Além disso, os dados indicam que a faixa etária com a maior cobertura de atendimentos é de zero a quatro anos, alinhando-se com a estratégia prioritária da SESAÍ para a saúde das crianças indígenas (**Figura 2**).

Figura 2: Gráfico que apresenta dados sobre a evolução temporal da média de atendimentos realizados no âmbito do SasiSUS por faixa etária. A faixa etária de 60 anos ou mais apresenta a segunda maior cobertura, seguida pelas faixas de cinco a nove anos, 20 a 29 anos, 30 a 59 anos, e, por último, a faixa etária de dez a 19 anos.



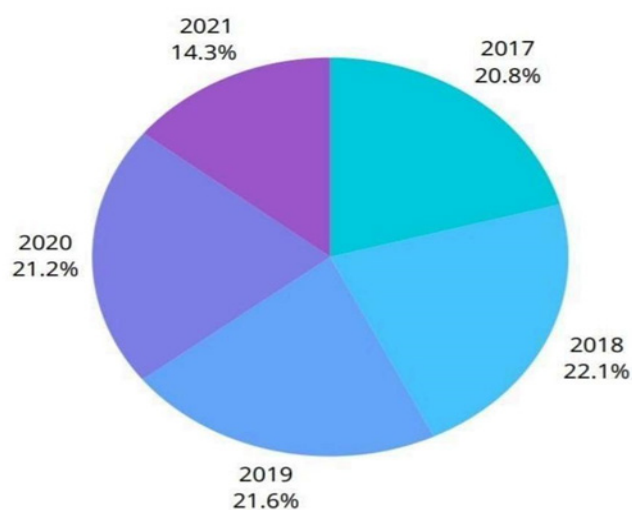
Fonte: SIASI/SESAI/MS. Data de extração: 10/10/2018. Anos de 2017 e 2018*
 *dados preliminares sujeitos à alteração em virtude de novas inserções de dados.

Apesar dos avanços com o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, ainda há entraves na participação efetiva dos povos indígenas no planejamento e avaliação das políticas. A crescente produção científica tem contribuído para a visibilidade nacional e internacional da saúde indígena, especialmente por meio da saúde coletiva, que se consolida como espaço de análise das desigualdades étnico-raciais.

Essa produção não apenas amplia a compreensão das questões de saúde indígena, mas também influencia diretamente políticas públicas e ações práticas. Ao lançar luz sobre as desigualdades, a análise da literatura científica fornece subsídios para políticas mais inclusivas. Em um cenário de retrocessos nos direitos indígenas, essa revisão se mostra uma ferramenta valiosa na defesa da saúde e dos direitos desses povos.

Além disso, as porcentagens na **figura 3**, através de um levantamento de dados pelo portal da transparência indicam o investimento orçamentário do ministério da Saúde para a subfunção Assistência aos Povos Indígenas ao longo dos anos de 2017 a 2021.

Figura 3: Gráfico esquemático, apresentando dados em porcentagem referentes aos anos de 2017 a 2021 sobre o sistema orçamentário dos ministérios da saúde e investimento a Assistência aos Povos Indígenas.



Fonte: Portal da Transparência, 2021.

No artigo *“A Ausência de Democracia Participativa no Brasil e o Direito Indígena à Saúde previsto na CF/88”*, destaca-se como a democracia brasileira difere de experiências mais inclusivas na América Latina, como Bolívia e Equador. Essa comparação propõe a reflexão sobre um novo paradigma de Estado plurinacional no Brasil. Embora o artigo 196 da Constituição Federal reconheça a saúde como direito universal, foi apenas com a Lei Arouca (Lei 9.836/99) que esse direito passou a receber maior atenção. No entanto, problemas como escassez de recursos, altos índices de alcoolismo e suicídio e dificuldades administrativas persistem, exigindo maior engajamento político e social.

A falta de pluralidade na representação política e a ausência de diálogo entre grupos diversos refletem as limitações da democracia brasileira. Ainda assim, há um reconhecimento crescente da diversidade e da importância da inclusão, o que pode sinalizar avanços rumo a um modelo mais plural, inspirado em outros países latino-americanos.

No artigo *“Tuberculose em Povos Indígenas no Brasil”*, a tuberculose é apontada como um dos principais problemas de saúde indígena, agravado por escassez de dados e vulnerabilidade social. A revisão integrativa de artigos e teses de 2010 a 2020 evidenciou a limitação de estudos e a necessidade de estratégias de saúde mais efetivas, especialmente nas regiões mais afetadas. Fatores como baixa escolaridade, moradias precárias e acesso limitado aos serviços contribuem para a maior incidência da doença entre as populações indígenas.

Por fim, o artigo *“Direito à Saúde Indígena e a Cultura da Pajelança”* examinou a influência das práticas tradicionais de cura na saúde indígena. Apesar da escassez de publicações sobre o tema, o estudo mostra a relevância da pajelança como prática

terapêutica significativa dentro dessas comunidades. A análise reforça a necessidade de uma abordagem intercultural nos serviços de saúde e políticas públicas mais sensíveis às especificidades culturais. A revisão destaca ainda a importância de novos estudos para preencher lacunas de conhecimento e orientar práticas de saúde mais eficazes.

O artigo “Principais Barreiras na Vacinação por Covid-19 em Indígenas e Minorias Étnicas”, estudou e abordou a emergência da COVID-19 em 2019, sua rápida disseminação global e seu impacto desproporcional em minorias étnicas e povos indígenas. Destaca-se que esses grupos enfrentam maiores riscos de hospitalização e mortalidade devido à doença, em parte devido a desigualdades socioeconômicas e de acesso aos serviços de saúde. A resistência à vacinação também foi destacada, com algumas minorias étnicas e povos indígenas mostrando menor intenção de se vacinarem contra a COVID-19. Essas disparidades foram observadas em vários países, incluindo os EUA e o Brasil. Desse modo, foi ressaltada a importância de identificar e superar as barreiras para a vacinação, especialmente entre esses grupos, como parte dos esforços para o controle da pandemia. Assim, as barreiras enfrentadas são tanto logísticas quanto de acesso geográfico, por motivos como a falta de transporte, agendamentos online excluindo os que não tem acesso à internet, falta de recursos para o armazenamento e ausência de informações detalhadas, demonstrando a negligência de organização quanto a essas comunidades. Outrossim, diversos estudos destacam os motivos da relutância e hesitação das comunidades indígenas e minorias étnicas em relação à vacinação. Dessa forma, essas preocupações estão ligadas à desconfiança no governo, segurança da vacina, preconceitos implícitos dos profissionais da saúde e experiências históricas negativas de exploração na saúde. Fatores como informações inadequadas, barreiras linguísticas e culturais, dúvidas sobre a eficácia e segurança da vacina, bem como desigualdades sociais e econômicas, contribuem para a resistência à vacinação. A construção de confiança nas instituições de saúde e profissionais é crucial para aumentar a adesão à vacinação nessas comunidades. Em suma, torna-se imprescindível enfatizar a importância de se adotar uma abordagem culturalmente sensível e inclusiva nesse âmbito, com uma educação em saúde, reconhecendo a diversidade étnica e cultural da população e garantindo o respeito aos direitos e a promoção do bem-estar de indígenas e minorias étnicas.

Esta revisão literária aborda a complexa interação entre a democracia no Brasil, os desafios enfrentados pela saúde indígena e a trajetória dos cuidados de saúde prestados a essas comunidades ao longo do tempo. Ao integrar duas perspectivas distintas, busca-se oferecer uma compreensão mais abrangente das questões críticas que permeiam esses campos.

Começamos examinando a evolução da democracia no Brasil e suas deficiências em termos de inclusão e participação plural, especialmente em relação aos povos indígenas. Destacamos a importância de repensar a democracia brasileira, considerando a exclusão enfrentada por esses grupos marginalizados no acesso à saúde. Além disso, discutimos a Lei Arouca e seus impactos na saúde indígena, identificando avanços e desafios persistentes,

como altas taxas de suicídio e alcoolismo entre comunidades indígenas.

O artigo “Desnutrição Infantil Indígena (0 a 5 anos): Uma Realidade?” demonstra a preocupante prevalência de desnutrição entre crianças indígenas no Brasil é um reflexo doloroso das condições adversas enfrentadas por essas comunidades. Os índices alarmantes, que chegam até 59,4%, não apenas revelam uma crise de saúde pública, mas também apontam para uma profunda injustiça social. Essas crianças, já vulneráveis devido ao isolamento geográfico e às condições precárias de vida, sofrem ainda mais com a falta de acesso a uma nutrição adequada. Ao compararmos esses índices com os de outras regiões do mundo, como a África Subsaariana, somos confrontados com a magnitude do sofrimento enfrentado por essas comunidades. A falta de mudanças significativas desde o último inquérito sobre a saúde indígena é um lembrete angustiante da ineficácia das políticas públicas existentes e da urgência de ações mais abrangentes e compassivas. Diante desses desafios, é essencial agir com compaixão e solidariedade. Devemos implementar políticas específicas que considerem as necessidades e os direitos das populações indígenas, como o recente ministério da população indígena, buscando garantir acesso equitativo a serviços como de saúde e nutrição, buscando qualidade de vida para essa população. Somente por meio de uma abordagem verdadeiramente compassiva e colaborativa poderemos enfrentar efetivamente a desnutrição infantil entre as comunidades indígenas e oferecer um futuro mais justo e saudável para essas crianças.

Ao explorar a saúde indígena, concentramo-nos em questões específicas, como a tuberculose e as práticas de pajelança, destacando a escassez de dados e a necessidade urgente de mais pesquisas para informar políticas e intervenções eficazes. Além disso, examinamos a influência das condições socioeconômicas na saúde bucal dos povos indígenas, ressaltando as barreiras enfrentadas no atendimento odontológico e a importância de práticas culturalmente sensíveis. Por meio de uma análise histórica, traçamos a trajetória dos cuidados de saúde prestados aos povos indígenas, desde os estágios iniciais onde missões religiosas desempenharam um papel central, até as políticas institucionais do Estado que moldaram a assistência ao longo dos séculos. Destacamos as associações intrigantes entre mudanças na dieta, condições socioeconômicas e saúde bucal, revelando uma interconexão complexa entre fatores ambientais, sociais e de saúde que moldaram a saúde dessas comunidades ao longo do tempo.

Essa revisão literária oferece uma compreensão aprofundada das complexidades e desafios enfrentados pela democracia, saúde indígena e cuidados de saúde no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da saúde indígena é baseada em dados concretos que evidenciam a necessidade de atenção específica a essas comunidades. No Brasil, foi criado o ministério dos povos indígenas cujas atribuições são: garantir aos indígenas acesso à educação e à saúde, dentre outros. Isso demonstra o reconhecimento da importância de serviços de

saúde culturalmente adequados.

A preservação da saúde indígena é uma questão de justiça social e direitos humanos, pois os povos indígenas têm o direito fundamental de acessar serviços de saúde culturalmente adequados e de qualidade. Nessa perspectiva, iniciativas como o plano do Ministério da Saúde para vacinar 130 mil indígenas e a realização de seminários que fortalecem o papel da Fiocruz na saúde indígena evidenciam o compromisso com a promoção da saúde dessas populações.

Investir na melhoria da assistência à saúde indígena não significa apenas garantir o acesso a tratamentos médicos, mas também promover a valorização das práticas tradicionais de cura e prevenção, respeitando os conhecimentos e saberes ancestrais. Sob esse viés, políticas públicas eficazes devem considerar as especificidades culturais e sociais das comunidades indígenas, buscando soluções que estejam alinhadas com suas necessidades e realidades

Além disso, demarcação de terras também é destacada como fundamental para a saúde indígena, conforme afirmam lideranças ao Cebes, ressaltando que a demarcação é condição essencial para garantir a saúde dessas comunidades.

Por fim, conclui-se que a conscientização e o engajamento da sociedade civil, juntamente com o apoio governamental, são vitais para promover mudanças significativas e duradouras na saúde indígena no Brasil. A busca por soluções que respeitem os direitos dos povos indígenas à saúde e promovam políticas inclusivas é um passo importante rumo à equidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Monnic Parente de; CALDERON, Martha Maria Rodriguez. Desnutrição infantil indígena (0 a 5 anos): uma realidade? *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 05, ed. 03, v. 05, p. 05-11, mar. 2020. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/desnutricao-infantil-indigena>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BARCELLOS, C.; SALDANHA, N. O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 17, n. 1, p. 7–13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i1.3605>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BESERRA, Luciana Adaclei Lopes. Consumo de álcool: um problema na saúde indígena? *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 06, ed. 09, v. 06, p. 27-38, set. 2021. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/problema-na-saude>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BESERRA, Luciana Adaclei Lopes. Tuberculose em povos indígenas no Brasil: revisão

bibliográfica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 06, ed. 02, v. 09, p. 81-89, fev. 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/povos-indigenas>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CASTRO, Marcelo Duarte; DUARTE, Eberth Lucas. Direito à saúde indígena e a cultura da pajelança. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 02, n. 04, p. 98-108, abr. 2018. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/direito-a-saude-indigena>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Ciência & Saúde Coletiva. Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33762019>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CONBRASP. A importância do fortalecimento do sistema de saúde indígena para a melhoria da promoção de saúde em comunidades indígenas. 24 nov. 2023. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20231124004036/https://ime.events/conbrasp2023/pdf/23670>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COUTINHO, Luís Felipe de Azeredo. A ausência de democracia participativa no Brasil e o direito indígena. 13 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/direito-indigena-a-saudep>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COUTINHO, Luís Felipe de Azeredo. A ausência de democracia participativa no Brasil e o direito indígena à saúde previsto na CF/88. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 03, ed. 04, v. 02, p. 131-147, abr. 2018. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/direito-indigena-a-saude>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DANIELA DA SILVA SANTO. Principais barreiras na vacinação por COVID-19 em indígenas minorias étnicas. 28 jul. 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/indigenas-e-minorias-etnicas>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KÜHL, Adriana Masiero et al. Perfil nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 2, p. 373-383, 2009. DOI: <https://www.scielo.br/j/csp/a/T5zFGKqSyZXgTcPkrWYX8h/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira; MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 3, p. 757-766, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732010000300013>. Acesso em: 13 jun. 2025.